

A QUESTÃO REGIONAL NO EXEMPLO DE CAMPINA GRANDE

Jurandir Antonio Xavier
(UFPB, DEF, Campina Grande)

Nos momentos historicamente significativos do desenvolvimento econômico de Campina Grande, sob iniciativa privada e/ou estatal, tanto a riqueza continuou sendo reproduzida privadamente, quanto as características perversas das relações sociais continuaram sendo reproduzidas socialmente. Na verdade, de forma ainda mais amplificada nos tempos de crise, de regressão e de estagnação sócio-econômicas. A conjuntura atual, aberta no início da década de oitenta, é uma boa ilustração.

Por isso, toda reflexão sobre o destino nacional, regional ou municipal, só se impõe seriamente, fundada na crítica das relações sociais, políticas ou institucionais, historicamente determinadas, sob as quais se vem sustentando a ampliação, tanto da concentração privada da riqueza, quanto do empobrecimento social da população trabalhadora (aliás, empobrecimento que, aqui, é superior à média nacional). Para proposições socialmente responsáveis, não há outro ponto de partida.

Por conseguinte, não se trata de compor cânticos às fortunas privadas, nem de verter lágrimas à miséria socialmente generalizada. Trata-se de reconhecer, na ampliação das fortunas privadas, a expansão dos infortúnios sociais. Pois, ambos vêm se reproduzindo polarizada, antagônica e amplificadamente. Neste caso, pode-se dizer que Campina Grande se tornou um exemplo de desenvolvimento do subdesenvolvimento, tanto quanto o Nordeste, no Brasil, bem como o Brasil, no mundo industrial.

Um Dilema Persistente

De um lado, o desenvolvimento econômico tem-se mostrado, tanto profícuo, para os proprietários de riquezas, quanto perverso, para a população trabalhadora. De outro lado, na crise, regressão e estagnação que se sucedem a este desenvolvimento e apesar delas, a riqueza se conserva, amplia e multiplica. E isto só se torna possível em razão do desemprego, da erosão salarial e da perversidade das relações sociais, ainda mais amplificadas. Este não é um dilema teórico, mas, historicamente determinado nesta cidade, região e país.

Reverter tal movimento é um imperativo social. Disto já se sabe. Mas é preciso lembrar que a responsabilidade pelos destinos econômico-sociais, no capitalismo, é dos proprietários das riquezas. Isto, porque é da reconversão produtiva da riqueza privada que se deriva sua reprodução ampliada, tanto sob a expansão da produção, na qual também se dá a ampliação do capital produtivo (de nova riqueza, emprego e salário), quanto sob a expansão dos mercados comerciais, monetários e trabalhistas. E, sem tal reconversão, não ocorre o desenvolvimento, nem econômico, nem social, mas, a crise, a estagnação e a regressão econômico-sociais.

O decisivo é que as responsabilidades e iniciativas dos proprietários privados, de reconversão, reprodução e ampliação de suas próprias riquezas, portanto, suas responsabilidades com o próprio desenvolvimento econômico, pressuposto do social, desde há muito, foram crescentemente sendo repassadas ao Estado. Pressupunha-se que ele, superado o parasitismo capitalista, poderia levar à frente o desenvolvimento econômico (reconversão produtiva), reduzindo a concentração da apropriação privada das novas riquezas (constituídas sob sua propriedade formalmente socializada) e elevando a participação dos salários no produto nacional.

Isso não se verificou. Ao contrário, foram amplificadas ainda mais, tanto a concentração privada da riqueza, elevando-se as rendas da propriedade privada, quanto a pauperização da população trabalhadora, reduzindo-se drasticamente os salários. Ademais, os ritmos da centralização patrimonial assumiram uma dimensão tal que, na abertura da década de oitenta se encontravam, de um lado, o Estado, em bancarrota econômica, financeira e institucional, de outro, os trabalhadores, socialmente exauridos. Circunstâncias que se agravaram ainda mais no decorrer dos anos oitenta. No Brasil, no Nordeste e, particularmente, em Campina Grande.

Um Caso Exemplar

Tais circunstâncias historicamente determinadas apresentaram-se claramente em Campina Grande, como nos principais centros urbanos do país. Com efeito, esta cidade, tanto quanto o Brasil, experimentou dois nítidos ciclos de desenvolvimento econômico no presente século.

Primeiramente, a expansão, auge e crise do ciclo regional agro-exportador. Nele, preponderantemente sob ação dos agentes econômico-sociais da região, foram constituídas as riquezas regionais e, por elas induzidos, os centros urbanos expandiram-se industrial, comercial e institucionalmente.

Em segundo lugar, a expansão, o auge e a crise do ciclo estatal-industrial na região. Nele, sob ação industrializante estatal-federativa ou sob métodos intervencionistas, característicos do Estado na regulação dos ciclos econômicos (monetários, creditícios, fiscais ou formalmente socializantes da propriedade produtiva), as riquezas regionais foram sendo centralizadas e, então, reconcentradas no desenvolvimento industrial da região Sudeste.

Da reconcentração industrial dos capitais naquela região, desencadeada sob o Estado Novo varguista, emergiu, no Nordeste, a crise do ciclo regional agro-exportador, a descapitalização da região, a migração, a regressão e a estagnação de sua economia, constituindo a já clássica "questão regional" que Celso Furtado, entre outros, apontou exhaustivamente. Campina Grande é também ilustrativa desse movimento.

Com efeito, aqui, o primeiro ciclo, o regional agro-exportador, apresentou-se com a instalação do tronco ferroviário (1906), expandiu-se com a produção e comercialização do algodão e retraiu-se fortemente sob o Estado Novo, instalado em 1937. Estas atividades econômicas e, por elas induzidas, a significativa industrialização (a exemplo, prensagem, têxtil, sacaria, vestuário, óleo comestível, metal mecânica) bem como a urbanização e expansão dos serviços, sem dúvida, transformaram Campina Grande num centro fabril regional, nacional e mesmo internacional, de um lado, de reprodução ampliada de riqueza (produção, comercialização e capitalização, portanto, enriquecimento); de outro, de emprego não ou mal remunerado, portanto, de empobrecimento do trabalho. Por conseguinte, tornaram Campina Grande um núcleo de centralização de novas riquezas na propriedade privada. Mas, também, de pauperização social.

A fase ascendente desse ciclo de desenvolvimento econômico só é razoavelmente explicada, caso se combinem múltiplas variáveis, entre outras, a qualidade do algodão, as técnicas produtivas e a economicidade da produção. Ademais, deve-se ter em conta que aquelas atividades foram manifestações de fenômenos significativamente singulares na história da riqueza deste país. Fato ímpar, tais atividades resultaram preponderantemente de comportamentos de empresários que, àquela época, multiplicaram suas

riquezas, reconvertendo-as, parcialmente, de maneira produtiva na própria região.

Tal situação inverteu-se na crise, declínio e estagnação desse ciclo, pois, então, o capitalista ficou desobrigado de reinvestir produtivamente, na própria região, suas preciosas riquezas, privadamente acumuladas. Sobretudo, quando, no Sudeste, com a industrialização marchando a todo vapor, floresciam novas oportunidades de multiplicação das riquezas. Migraram os capitais. Também a força de trabalho. E, só tardiamente, Campina Grande veio timidamente, ademais, sob condução estatal (SUDENE), a sair parcialmente da estagnação.

O segundo ciclo do desenvolvimento econômico, o estatal-federativo-industrial, aqui se apresentou na década de 60, atingindo seu auge no final dos anos setenta e em crise deste a abertura da década de oitenta. Característicos deste ciclo, no Nordeste, são, a exemplo, a SUDENE, o Banco do Nordeste ou a CHESF, e, em Campina Grande, seu Distrito Industrial. Neste ciclo, a reconversão produtiva de capital só ocorreu significativamente sob estatização da propriedade produtiva (então, estatização direta também da produção e das vendas), dos créditos (tornando-os gratuitos, subsidiando, portanto, a formação dos patrimônios privados) e das compras (então, subsidiando também a rentabilidade da riqueza em circulação).

Nesse ciclo, ao contrário do que acontecia no anterior, as atividades econômicas induzidas não emergiram da iniciativa nem da reconversão produtiva de riqueza privada, mas, a exemplo das indutoras, também emergiram estatizadas, subsidiadas ou financiadas pela Federação, Estado ou Município. A formação patrimonial privada ocorreu então, desapropriando-se o Estado, amplificando seus déficits e promovendo sua quebra. Com isto, foi interrompido o próprio ciclo de desenvolvimento econômico, pois, na ausência da reconversão produtiva do Estado, os capitais não vieram em seu socorro, mas, passaram a impor elevadíssimas taxas de juros. Por isso mesmo, as riquezas privadas multiplicaram-se tanto quanto quebraram o Estado e exauriram a força de trabalho.

À semelhança do Brasil (SUDENE) em relação aos países industriais nos quais se deu a industrialização de primeira geração, a industrialização do Nordeste também ocorreu defasada, em relação à do Sudeste. Este ciclo de reconversão produtiva e de geração de novas riquezas, que vinha se concentrando no Sudeste desde finais dos anos trinta, aqui se apresentou três décadas após seus primeiros movimentos decisivos naquela região.

Isso ocorreu não porque houvesse emergido nesta região, qualquer supremacia econômico-tecnológica que atraísse então nova riqueza para ser aqui multiplicada. Ao contrário, o segundo ciclo de reconversão apresentou-se no quadro de agravamento da crise, não somente da própria industrialização do Sudeste, mas, também, da economia nordestina, que jazia estagnada, pauperizada e subdesenvolvida industrialmente.

Por isso, o novo ciclo de reconversão produtiva de capital na região, entre outras razões, fundamentou-se preponderantemente, de um lado, na reação formalmente social do Estado ao agravamento da crise econômico-industrial, nacional e regional, de outro, na sincronização, com o novo período de recuperação da economia nacional-industrial, do mercado nordestino, tornando-o cativo ao escoamento da superprodução da região Sudeste. Isto representou elevação da desapropriação de rendas, aqui geradas ou transferidas pelo Estado; de desapropriação regional e da pauperização social da população trabalhadora. Ainda mais significativas que à época precedente.

Regressão

Sem dúvida, em ambos os ciclos, foram aqui ampliados e também constituídos vultosos patrimônios privados. No primeiro ciclo, além das rendas extras centralizadas (privadas e estatais), conformaram esses patrimônios, preponderantemente, os lucros agrários, industriais e comerciais os quais, reconvertidos parcial, mas produtivamente, expandiram novamente os lucros, o emprego e a massa salarial que, ademais, àquela época, era gasta no consumo de outras mercadorias, aqui também produzidas.

No entanto, no segundo ciclo, além da desapropriação de rendas estatais que, aqui transferidas, se tornaram fontes preponderantes da ampliação dos patrimônios privados, as demais fontes do enriquecimento restringiram-se aos lucros comerciais. Eles foram decrescentes, já que o comércio campinense, além de negociar os produtos do Sudeste, também se encontrava monopolizado por grupos forâneos. Através destes grupos, todas as demais rendas de propriedade eram transferidas para os centros produtores das mercadorias aqui circulantes. Mesmo os salários, crescentemente gastos no consumo de mercadorias industriais produzidas fora da região, eram transferidos. A exemplo, os dispêndios com calçados não mais realizam monetariamente a produção do ramo coureiro, sapateiro e afins, mas, da Alpargatas, cujos produtos, vendidos no Bompreço, transferem rendas para os centros produtores.

E o decisivo é que, embora continuem se ampliando os patrimônios privados, neles, não se vislumbram rumos produtivos. Ao contrário, tais patrimônios estão se movimentando preponderantemente nos mercados financeiros. Desapropriado de rendas correntes, deficitário e endividado, o Estado apenas refinancia nominalmente seus débitos junto aos capitais que, um dia, já foram dele. Além da nova riqueza real que, privatizada, cobre apenas parcialmente os juros especulativos. E, na quebra do Estado, rompe-se a última sustentação da reconversão produtiva de capitais neste país sem a qual o desemprego, a superexploração e pauperização da população trabalhadora tendem a aumentar.

Por conseguinte, privatizadas as rendas estatais, quebrado o Estado e sem qualquer reconversão significativa de riquezas privadas, não há desenvolvimento econômico, mas, crise, estagnação e barbárie social cotidiana. Tal característica, nas condições sociais sob as quais se dá a reprodução da população trabalhadora, é a realidade social no Brasil de hoje. Mais ainda, nesta cidade.